

## A EVOLUÇÃO DA TRANSGENIA

**\*Roberto Rodrigues**

Nos primeiros meses de 2003, logo após a posse do Presidente Lula no seu primeiro mandato, alguns temas ligados ao agro geraram polêmicas apaixonadas no interior do próprio governo e que se estenderam para boa parte da sociedade. Talvez o mais complexo tenha sido o uso de sementes geneticamente modificadas, as transgênicas, mas outras questões foram igualmente difíceis, como a adoção dos novos índices de produtividade, o apoio aos assim chamados movimentos sociais que aumentaram as invasões de terra, a legislação dos produtos orgânicos, a politização da EMBRAPA, a modernização do INMET e da CONAB, entre muitos outros.

A transgenia, questão ancorada na disputa por mercados entre as empresas fabricantes de defensivos agrícolas e também produtoras de sementes, acabou se transformando, por diferentes razões – até mesmo de caráter religioso – em uma disputa muito maior. Uma empresa americana desenvolveu a semente de soja RR que permitia a aplicação de um herbicida – o glifosato – em pós-emergência, isto é: plantava-se a soja sem herbicida e, depois que ela já tinha nascido se aplicava o glifosato. Com isso, obtinha-se um controle muito maior das ervas daninhas, a cultura se desenvolvia em área limpa e assim poderia eventualmente produzir mais, uma vez que não tinha competição. Mas havia outras economias, porque o número de aplicações de defensivos agrícolas era menor, com menos gasto de óleo diesel dos tratores e caminhões e menos água para diluição do princípio ativo.

Em suma, havia significativa economia de custo de produção.

Mas seu cultivo estava sub-judice no Brasil, e era proibido.

No entanto, havia uma realidade: muitos produtores, principalmente gaúchos, que tiveram oportunidade de conhecer a soja transgênica cultivada legalmente na vizinha Argentina, admirados com o resultado, trouxeram ilegalmente sementes para o Brasil, e plantaram a RR. Desta forma, em janeiro de 2003 o país já tinha 3,3 milhões de hectares cultivados com a soja contrabandeada, então apelidada de “MARADONA”. Isso era 18% de toda a área plantada com soja no país!

Não era possível fingir que isso não existia, como vinha ocorrendo até então, e o Governo, depois de muita discussão, acabou emitindo uma MP que permitia a comercialização da soja, mediante um Termo da Ajuste de Conduta que obrigava os produtores a uma série de ações de caráter técnico e legal. Mas era necessário resolver o assunto de uma vez por todas, com legislação específica. Diferenças profundas de visão dentro do Governo e do Congresso, no entanto, retardaram a formulação da lei, com posições radicalizadas e sem base científica. Com isso, chegamos a janeiro de 2004, um ano depois, já com 4,7 milhões de hectares plantados com a soja RR, um crescimento de 42% sobre o ano anterior, apesar das ameaças que pesaram sobre os produtores que haviam assinado o TAC: a economia e o mercado falaram mais alto e o governo,

mostrando bom senso, prorrogou a MP do ano anterior, para não deixar ninguém na ilegalidade.

O que precisávamos mesmo, e urgentemente, era de uma lei definitiva, que desse tranquilidade aos diferentes setores envolvidos no assunto, como os produtores, o governo e a sociedade em geral.

Em busca disso, os cientistas entraram com vigor no processo, liderados pelo grande geneticista Ernesto Paterniani, professor da ESALQ/USP, que convenceu alguns membros do governo ainda reticentes e fortaleceu a posição técnica dos parlamentares apoiadores da transgenia. E surgiu a Lei 11105, em 24/03/2005, chamada Lei de Biossegurança, que resolveu a questão igualmente polêmica das células-tronco, e deu grande segurança a todo o sistema. A lei é tão boa, tão exigente nas condições para liberação de uma nova variedade modificada, que outros países se espelharam nela para avançar.

Pois bem, como estamos hoje? As sementes transgênicas já são plantadas em 29 países, por cerca de 15,4 milhões de agricultores. Em 15 anos, desde seu lançamento, a área com GM cresceu 87 vezes no mundo todo, a uma taxa de 38% ao ano. O Brasil já é o segundo país usuário, atrás apenas dos Estados Unidos, e neste ano já tem 81,8 milhões de hectares cultivados. E não é só soja, cuja área transgênica este ano é de 21,4 milhões de hectares, correspondendo a 85% de toda a área de soja cultivada: já temos 9,9 milhões de hectares de milho (67% da área total) e 0,47 milhão de hectares de algodão, cerca de 32% do total, embora a liberação das sementes do milho tenha apenas 4 anos e as do algodão, 6 anos. No mundo todo, 81% da soja já é transgênica, 64% do algodão e 29% do milho. E a disputa acabou, uma vez que as demais empresas do setor – inclusive a EMBRAPA – já dominaram a tecnologia e lançaram seus próprios produtos. E o mercado se acalmou.

Acredita-se que nos próximos 10 anos, só no Brasil, a tecnologia poupará mais de 130 bilhões de litros de água, 1 bilhão de litros de óleo diesel e emitirá menos 3 milhões de toneladas de CO<sub>2</sub>, benefícios para todos os brasileiros.

Mas o que vem pela frente é muito mais: não serão apenas novas variedades resistentes a defensivos: serão resistentes a pragas e moléstias, serão resistentes à seca e à geada, serão enriquecidas com valores alimentícios, especialmente protéicos, e tudo isso permitirá o cultivo de plantas GM em áreas onde hoje não é possível por condições climáticas. E comida mais barata será oferecida as populações carentes, melhorando a alimentação.

Já existe hoje a insulina transgênica, vacinas para animais domésticos contra doenças insidiosas, leveduras e muito mais.

O horizonte é ilimitado, ainda mais se imaginarmos o que virá com nanotecnologia, máquinas manejadas pelo computador de dentro dos escritórios, comunicação rápida, etc. É viver bastante para apreciar estas mudanças fantásticas em benefício da Humanidade.

**\* Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**